

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.665.065 - MG (2020/0036924-3)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : FLÁVIO MACHADO CABRAL
ADVOGADOS : JOSÉ ANCHIETA DA SILVA - MG023405
RENATA DANTAS GAIA - MG104160
AGRAVADO : JORGE LUIZ DE CASTRO MAIA
ADVOGADOS : ELPIDIO DONIZETTI NUNES - MG045290
DANIEL CALAZANS PALOMINO TEIXEIRA - MG128887

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por FLÁVIO MACHADO CABRAL, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" e alínea "c" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, assim resumido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - TUTELA DE URGÊNCIA-ARRESTO SOBRE DIREITOS DE AQUISIÇÃO DE BEM IMÓVEL - EXCESSO DE EXECUÇÃO - BEM DE FAMÍLIA - IMÓVEL LOCADO A TERCEIRO - REVERSÃO DO ALUGUEL PARA SUBSISTÊNCIA DA FAMÍLIA - NÃO COMPROVAÇÃO

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "a" e alínea "c" do permissivo constitucional, alega violação do art. 805 do CPC, no que concerne à violação do princípio da menor onerosidade, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

No entanto, o acórdão recorrido confirmou o decisum que havia deferido o arresto dos direitos sobre 2 (dois) imóveis, cujos valores de mercado excedem, e muito, o montante cobrado pelo Recorrido. Em suma, não seria, data venia, razoável a manutenção da constrição sobre ambos os bens. Pois bem. As diretrizes e as regras que norteiam os procedimentos executórios, na sistemática processual civil, impõem que seja respeitado o princípio da menor onerosidade da execução, de modo a determinar que, no curso do processo executivo, os atos expropriatórios se concretizem da forma menos gravosa possível ao executado. Tal previsão encontra-se expressa no artigo 805 do novo Código de Processo Civil, in verbis: (fls. 321).

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea "a" e alínea "c" do permissivo constitucional, alega violação do art. 1º da Lei 8.009/90, no que concerne ao

reconhecimento de bem de família, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Desse modo, à luz da Súmula n. 486 do STJ e do que preceitua o artigo 1º da Lei n. 8.009/1990, é inegável que o apartamento n. 1301, no Bairro Vila da Serra, está revestido pela proteção de impenhorabilidade, por se tratar de imóvel residencial, cujo aluguel é diretamente aplicado no custeio da moradia da família do Recorrente em outro imóvel, também alugado. (fls. 327).

É o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Em reexame ao posicionamento anterior, não vislumbro o alegado excesso de execução. Isso porque, como pontuado pelo Agravado, de fato, o arresto determinado recai apenas sobre os direitos do Agravante à aquisição do bem imóvel e não sobre a propriedade do imóvel em si, mesmo porque este sequer foi registrado em seu nome. (fls. 267).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Quanto à segunda controvérsia, na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

No entanto, embora o Agravante tenha demonstrado que o imóvel em questão se encontra alugado, não comprovou que a renda obtida com a locação seja utilizada para a sua subsistência ou para arcar com a sua própria moradia. (fls. 272).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples

reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Quanto a interposição pela alínea "c" do permissivo constitucional, em relação à primeira e segunda controvérsias, verifica-se que a pretensão da parte agravante é de ver reconhecida a existência de dissídio jurisprudencial, que tem por objeto a mesma questão aventada sob os auspícios da alínea “a”, que, por sua vez, foi obstaculizada pelo enunciado da Súmula n. 7/STJ.

Quando isso acontece, impõe-se o reconhecimento da inexistência de similitude fática entre os arestos confrontados, requisito indispensável ao conhecimento do recurso especial pela alínea “c”.

Nesse sentido: "Ademais, consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a incidência da Súmula n. 7 do STJ impede o conhecimento do recurso lastreado, também, pela alínea c do permissivo constitucional, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática de cada caso" (AgInt no AREsp n. 1.312.148/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 20/9/2018).

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente